

## Sessão de Esclarecimentos e Tomada de Posição sobre os CRI

23 de Setembro, 11:00 horas, Fórum Lisboa

### Elementos presentes na mesa:

CONFAP - José Gonçalves

FAPPC - Abílio Cunha

Fenacerci- Rogério Cação

FPDA - Isabel Cottinelli

Humanitas - Luís Correia

Unicrisano - Pedro Santos

1

### Informação por parte da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) dos CRI

1. Unanimidade face ao manifesto entre organizações das várias áreas da deficiência;
2. Organizações não foram informadas sobre as medidas nem receberam resposta face às mesmas por parte do MEC, desde a reunião da CAA de 8 maio.
3. Análise do Decreto-Lei n.º 3-2008, de 7 de janeiro, e do incumprimento do mesmo face à insustentabilidade do projeto e ausência de normativas para o funcionamento dos CRI.
4. O que está em causa é a Educação Inclusiva!

### **Missão da CAA**

- Monitorizar o funcionamento global dos CRI;
- Pronunciar-se sobre orientações políticas do sistema;
- Propor critérios de funcionamento e financiamento;
- Informar.



### Constatou-se que:

- Nenhuma das decisões tomadas, na reunião da CAA de 8 de maio, foram tidas em consideração;
- As Federações pertencentes à CAA não foram consultadas para a preparação dos Planos de Ação (PA).

### Avaliação Externa

1. CRI como pilar fundamental da escola inclusiva, obtendo-se resultados claramente positivos face ao desenvolvimento dos alunos e identificou-se, como principal fragilidade, **o reduzido tempo de apoio**, o que coloca em causa a operacionalização do modelo inclusivo;
2. Apoio indireto às famílias/docentes e a transição para a vida pós-escolar foram os aspetos referidos como os menos conseguidos remetendo-se, uma vez mais, para a menor consolidação do apoio indireto e do trabalho nos contextos de vida do aluno;
3. Mais limitações prendem-se com aprovação tardia dos PA; desvio entre alunos sinalizados e aprovados; falta de continuidade do projeto e das respetivas equipas;
4. Desconhecimento dos critérios de aprovação dos apoios para a lista de alunos sinalizados.

### Recomendações

1. Universalidade da educação - Apoio a todos os alunos com NEE que necessitam;
2. Transparência e legibilidade dos critérios de decisão;
3. Repensar a elegibilidade de custos envolvidos – transportes e coordenação;
4. Considerar apoio indireto – escola, família e comunidade;
5. Recursos financeiros para rentabilização destes mesmos recursos.



## Posição da Comissão de Acompanhamento, aprovada na reunião do dia 8 de maio:

1. Rejeição dos apoios de 30 minutos;
2. Admissão de um rácio de aferição mediante confirmação científica (2%? – carece de investigação);
3. Plurianualidade dos apoios;
4. Considerar custos logísticos (transportes, coordenação e outros);
5. Reforço no apoio aos Planos Individuais de Transição (PIT);
6. Estabelecer número máximo de alunos/técnico;
7. Adoção de um custo referencial médio por aluno de 800€, face aos 458€ propostos pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC).

3

## Resultado Atual

1. Situação igual ou pior que em anos anteriores;
2. Atraso na aprovação dos PA;
3. Total ausência de informação por parte do MEC às organizações;
4. Total ausência de critérios para a aprovação dos apoios;
5. Manutenção dos apoios de 30 minutos;
6. Técnicos com 78 alunos/semana;
7. Custos logísticos sem cobertura ou cobertura nitidamente insuficiente;
8. Decisões sobre o número e tipo de apoio são, no mínimo, discutíveis.

## Perante isto... O que foi feito?

- Reunião entre todas organizações;
- Suspensão da sua participação na CAA até audiência com o Secretário de Estado;
- Telegrama enviado ao Secretário Estado e Diretores-Gerais para apresentação destes dados;
- Pedido formal para reunião ao Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário;



- Nota de imprensa para comunicação social, pais, encarregados de educação, professores e instituições;

- **Reunião 23.9.2015.**

Após a exposição do Prof. Rogério Cação, deu-se a palavra aos representantes das organizações que constituem a CAA:

### **FAPPC**

Apresentou os dados das suas associadas, comprovando os resultados encontrados pela FENACERCI.

Referiu o incumprimento do art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o qual reconhece o direito à educação, com vista ao exercício sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades em todos os níveis de aprendizagem, desde o Jardim de Infância até ao Ensino Superior.

Reforçou a necessidade de repensar os PIT e tornar as Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita (UAEEAMSC) num modelo mais inclusivo perante as turmas e da comunidade escolar, promovendo uma educação inclusiva.

### **FPDA**

Representa 12 associações com cobertura nacional e, apesar de poucas terem CRI, os alunos com perturbações do espectro do autismo frequentam os CRI de outras organizações.

A FPDA está recetiva a apoiar esta causa para garantir mais apoios com melhor qualidade e apelou ao cumprimento do Decreto-Lei n.º3/2008, de 7 de janeiro, e para se considerar a avaliação externa, no sentido de se implementarem as recomendações apresentadas.

### **Humanitas**

Manifestou descontentamento perante a ausência de comunicação por parte do Ministério da Tutela, levando à suspensão da sua participação na CAA.



Defendeu a proposta e reforçou as medidas que foram acordadas na reunião da CAA, de 8 de maio: apoios no mínimo de 45 minutos, contratos plurianuais e revisão do rácio de 2% através de aferição nacional e internacional.

Propôs a alteração do quadro legislativo que foi acordado para a mudança do modelo CRI.

### Unicrisano

Fez uma análise cronológica dos CRI, da qual destacou o aumento a eficácia e eficiência em substituição dos serviços do Estado.

Este ano registaram uma diminuição no número de horas e do financiamento para as deslocações.

Com o atual cenário os PA, estes não podem ser cumpridos e, aquando a avaliação de resultados, não podem acusar os CRI de insucesso face à precaridade dos financiamentos deferidos nos PA.

### CONFAP

Questionou a atribuição de números na referenciação em vez de se falar de alunos.

Apelou à junção dos pais para esta causa uma vez que, além de serem a "matéria-prima", são eles que representam o voto para a mudança política.

### DEBATE

---

#### **1. Encarregado de Educação (Mãe de aluno com 18 anos, sócia da APCL, integra os Pais em Rede)**

Registou uma evolução na integração do seu filho no ensino, em detrimento da ideia que tinha do apoio especializado das instituições.

Referiu que tiveram de ser sempre os pais a lutar e a mobilizar recursos para o filho. Tem o filho integrado em Unidades de Apoio à Multideficiência (UAM), com pouco contacto com a turma, sendo o apoio prestado na sala UAM, a qual carece de recursos (integração VS Inclusão) e saída da escola para apoio na Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa.

Importância de respostas para alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) a partir dos 18 anos uma vez que, à medida que o percurso escolar avança, os apoios diminuem e as necessidades mantêm-se.

## 2. Jorge Rato (Membro da Direção da Cercizimbra – Sesimbra; Professor)

A Cercizimbra integra 8 agrupamentos e apela para a importância de congregar medidas para manter este elo entre organizações e associações/instituições.

Alertou para a necessidade de pedir reforço de verba, tal como aconteceu com o ensino artístico. Avançar com um número.

## 3. Rui Jorge (Membro da Cercica – Cascais; Coordenador e Psicólogo no CRI)

Sente desvalorização gradual dos apoios do CRI ao longo dos 7 anos.

Defende que, a longo prazo, se deve pugnar pela gratuidade do ensino dos alunos com NEE.

Por fim, refere a importância de definir uma estratégia política, lançando o repto de se realizar um encontro nacional para fazer o levantamento das necessidades efetivas das famílias.

## 4. Pedro Quintas (Terapeuta no CRI da APPC)

Apresentação dos dados recolhidos pelo grupo de regulamentação (Encontro Nacional CRI) do qual reuniram informação de 11 CRI, da zona norte e centro, verificando os seguintes dados:

	Diferença	%
<b>Nº total de alunos</b>	+ 30 alunos	+16,4%
<b>Nº total de apoios</b>	+ 36 apoios	+ 10,2%
<b>Nº de horas</b>	- 86h30min	- 16,9%
<b>Financiamento</b>	- 11 814,81€	- 6,0%

Identificaram duas medidas imediatas para a operacionalização dos PA: a revisão das listagens de alunos, face ao valor aprovado, e ao que é possível para as instituições suportar; pedido do reforço financeiro ao MEC.

## 5. Ana Simões (Fenprof)

Estão a fazer um levantamento das condições da contratação dos professores da educação especial.

Consideram que o foco principal é a educação, daí adotarem a expressão de “Educação Inclusiva” em detrimento de “Escola Inclusiva”.

Reforça ainda a união que deve existir entre pais/professores/técnicos (uma só voz), pois o impacto gerado é diferente, do que se enviar ofícios individuais por instituição.

Demonstrou-se disponível para reunião com organizações para concertar estratégias conjuntas.

## 6. Nuno Oliveira (Pai aluna com 13 anos – Cercica)

Enviou reclamação e diversos artigos para todos organismos políticos, educação e judicial, dos quais não obteve resposta.

Provedor responde dizendo que houve um aumento de verba. A Direção Geral de Educação (DGE) responde remetendo a questão para a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

Considera importante pensar em ações judiciais – violação dos tratados, constituição, direitos e deveres da pessoa com deficiência e do direito à educação.

## 7. Paula Pinto – Investigadora da Universidade de Lisboa

Coordena o grupo de investigação do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, nomeadamente na área das políticas inclusivas. Participam numa rede europeia onde comentam as políticas nacionais adotadas, ao nível da inclusão.

Informa que no próximo relatório, a apresentar em Novembro à Comissão Europeia, irão incluir as preocupações relatadas na Audiência em Março/Abril com a Organização das Nações Unidas e o Governo.

Reforça importância da investigação e mostra-se disponível para colaboração.

## 8. APPACDM Lisboa

Invoca a necessidade de pedir também responsabilidades à equipa de inspeção das escolas, para a educação especial, uma vez que nos diversos painéis identificam áreas de melhoria mas nada é implementado.

## 9. José Patrício (pai, professor, dirigente da APCAS e representante da FAPPC na CAA)

Tem uma jovem com NEE que foi para a faculdade e identificou que a educação especial sempre foi o “parente pobre” e o “fim da linha” do MEC, sensibilizando para a inversão desta realidade. Para isso é importante informar as famílias – muitas vezes têm medo de se manifestarem com receio de perder o pouco apoio que têm.

Oportunidade para criar sinergias entre as 5 Federações e respetivas associadas, numa posição comum para defender que com 30 minutos não é possível articular com os Diretores Turma; com os docentes de turma; professores do Ensino Especial; assistentes operacionais; colegas de turma e com o próprio aluno.

## 10. CNOD

Mencionou a disponibilidade em colaborar com o grupo da CAA e que consideram pertinente levar estas questões ao Fórum Europeu da Deficiência, do qual fazem parte.

## 11. Prof. Ensino Especial de Carcavelos (apoiada pela Cercica)

Referiu cortes no número de alunos sem qualquer rigor e critério.

Desprezo pela competência técnica dos professores e dos técnicos do CRI, pois essa seleção é feita em conjunto e não é considerada/valorizada.

## 12. Isabel Monteiro (AE Soure)

Falta de resposta por parte da DGEstE e desprezo por parte desse Ministério face às pessoas com deficiência. Unidas pela causa e dificuldades relatadas.



## CONCLUSÕES

---

1. Questão política – investir politicamente com todos os partidos políticos. Cada Federação deverá fazer chegar, a cada partido político em campanha, as preocupações e propostas de funcionamento, face aos planos aprovados, mais a carta com os resultados da presente reunião;
2. Financiamento – carta a exigir aumento do mesmo, para que todos os apoios sejam considerados. Cada associação deverá enviar um documento com o modo de funcionamento e respetiva justificação, face ao orçamento aprovado até à data;
3. Envolver os vários agentes – famílias/professores/investigadores;
4. Recurso Judicial – a médio e longo prazo;
5. Preocupação com a continuidade do apoio após os 18 anos;
6. Resultados da avaliação externa devem ser postos em prática;
7. Será redigida carta das organizações a exigir que os PA sejam revistos;
8. Promover, com urgência, a disseminação desta informação e a carta às famílias e escolas;
9. Importante trabalho de investigação dos dados nacionais – situação real.